

**CAMINHOS DO TRÁFICO: A ROTA DA COCAÍNA NA AMÉRICA LATINA**

Paula DeMaria Corrêa Rocha<sup>1</sup>  
Andrew Patrick Traumann<sup>2</sup>

**Resumo:** As características socioeconômicas e geográficas da América Latina são tidas como uma das causas de sua vulnerabilidade ao narcotráfico, pois as fronteiras desguarnecidas, as florestas tropicais e a desigualdade social fazem com que as rotas deste sejam muito difíceis de rastrear. Assim, as drogas se tornam um negócio muito atraente por seu potencial lucrativo, especialmente em regiões pobres e remotas. Os problemas sociais a elas associados têm sido frequentes focos de interesse da opinião pública, bem como a violência que permeia toda a questão e os bilhões de dólares movimentados por este mercado. Desta forma, serão analisados alguns dos caminhos utilizados pelo tráfico na América Latina, bem como as condições de vida das pessoas nele envolvidas e as possíveis origens desta vulnerabilidade regional ao crime.

**Palavras-chave:** Cocaína, Rotas, Tráfico, América Latina.

**Abstract:** Latin America's geographic and socioeconomic characteristics are taken as one of the reasons of its vulnerability to illegal drug trafficking, because the unguarded borders, the rainforests and social inequality made the drug trafficking routes very hard to track down. Thus, the narcotics are a very attractive deal because of its potential for profit, specially in poor, remote locations. The social problems brought by drugs has often been a focus of public opinion, just as the violence permeated in the question and the billions dollars made by this market. So, this article will analyze some of the roads used by the drug trafficking in Latin America, as well as the lives of the people related to it and the possible origins of this regional vulnerability to the crime.

**Keywords:** Cocaine, Routes, Trafficking, Latin America.

Recebido em: 24/01/2020

Aprovado em: 25/03/2020

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e integrante do Grupo de Pesquisa Política, História e Cultura na América Latina. Curitiba – PR. Email: rpauladm@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor – Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Orientador do Grupo de Pesquisa Política, História e Cultura na América Latina. Curitiba – PR. Email: andrewtraumann@hotmail.com

## Introdução

A América Latina é uma região mundialmente conhecida por sua vulnerabilidade ao tráfico de drogas. Os caminhos traçados por elas na região envolvem desde agricultores vivendo em condições pouco melhores que a miséria até ricos traficantes que obtém lucros milionários todos os anos. O esforço para erradicar – ou, ao menos, conter – o narcotráfico no continente é realizado em conjunto com os principais destinos da mercadoria: em dez anos, o governo dos Estados Unidos gastou cerca de 8 bilhões de dólares no Plano Colômbia, que tinha o objetivo de eliminar o tráfico de cocaína oriundo do país (BAGLEY, 2013).

Este investimento, contudo, obteve apenas vitórias parciais. Embora a Colômbia tenha visto uma pequena diminuição no número de plantações de coca, o país continuou a ser o maior produtor da planta. A violência do tráfico diminuiu internamente, mas acabou se pulverizando para outros países da região, como o México, cuja fronteira com os Estados permanece vulnerável apesar de todas as medidas securitárias tomadas. Estes efeitos não são estranhos à América Latina, dado que tendem a resultar de todas as operações de combate ao tráfico. A cada grande facção desmantelada, como o Cartel de Medellín, várias outras surgem para brigar pelo controle do vácuo de poder gerado, como as cabeças da mitológica Hidra de Lerna<sup>3</sup> (BAGLEY, 2013).

O acúmulo de tantos lucros e tanto poder pelas inúmeras facções de tráfico latino-americanas talvez não fosse tão escandaloso se a região latino-americana não reunisse as condições socioeconômicas, ambientais e geográficas ideais para que o transporte das drogas fosse tão difícil de rastrear e fiscalizar. Desta forma, o presente artigo visa analisar as características das rotas do tráfico na América Latina como uma forma de explicar por que razões as políticas de combate ao narcotráfico utilizadas atualmente tendem a falhar.

O histórico da criminalização das drogas é um elemento vital da análise e compreende boa parte do artigo, bem como o histórico cultural e econômico da América Latina como

---

<sup>3</sup> A Hidra de Lerna é um monstro da mitologia clássica grega, consistindo em uma enorme serpente de nove cabeças. Cada cabeça decepada dava origem a outras duas no lugar, com exceção da imortal. Nos Doze Trabalhos de Hércules, o herói precisa queimar as oito cabeças mortais e enterrar a principal para derrotá-la em sua segunda tarefa (MACHADO, data desconhecida).

produtora da folha de coca. Em um segundo momento, este trabalho analisará algumas das rotas utilizadas pelo narcotráfico para transportar a cocaína refinada para seus destinos finais, observando e comparando as condições de vida das pessoas envolvidas no processo de cultivo, refinamento e tráfico da droga. Finalmente, as conclusões destas reflexões serão apresentadas, de maneira a responder à problemática do artigo.

Os dados e fatos pesquisados foram retirados de livros, reportagens produzidas por diversos jornais e artigos publicados tanto pela academia quanto por órgãos como a União Europeia e as Nações Unidas.

### **1. Uma Breve História da Criminalização das Drogas**

O uso de substâncias enteógenas para a alteração da consciência nunca foi estranho à humanidade. Diversas religiões se utilizam de compostos para este fim, como a ayahuasca xamânica, a folha de coca dos povos andinos e até mesmo o vinho, uma droga socialmente aceita e utilizada tanto nos rituais pagãos conhecidos como Bacanaís quanto nas missas e cultos cristãos. E esta busca pela alteração do estado de consciência não se restringe apenas às solenidades religiosas: se consideramos compostos como morfina e cafeína como drogas, chegaremos à conclusão de que toda a humanidade faz uso rotineiro do que chamamos de drogas.

A história da cocaína não é muito diferente da história da maioria dos entorpecentes: a folha de coca foi descoberta e utilizada pelos povos andinos por milhares de anos, sendo vital para a sobrevivência em grandes altitudes como os Andes. As substâncias que, no século XIX, seriam isoladas para destilar o que chamamos de cocaína fazem com que o metabolismo humano possa se adaptar ao ar rarefeito das montanhas. Assim, por milhares de anos, os povos andinos estiveram mascando folhas de coca para sobreviver, e isto não lhes causou os problemas sociais que a cocaína causa na América Latina atualmente. Para entendermos o histórico de problemas sociais ocasionados pelo tráfico de drogas na América Latina, é necessário que entendamos, primeiramente, como o uso de certas drogas passou a ser criminalizado e securitizado no mundo.

A primeira droga que causou preocupação a nível internacional foi o ópio. Embora este fosse inicialmente vendido como algo maravilhoso e inspirador, e seu consumo tenha se espalhado entre as classes mais altas da sociedade durante o século XIX, as Guerras do Ópio travadas entre a Inglaterra e a China acabaram por mostrar os maus efeitos do abuso desta droga, bem como o potencial perigo do tráfico. Uma das consequências desta série de conflitos foi a legalização da importação do produto na China, o que levou a um desequilíbrio comercial em favor da Inglaterra. Para reverter a situação, o imperador chinês acabou por legalizar de fato as plantações de papoula no país, de maneira que o produto inglês pudesse deixar de ser importado mesmo que a população chinesa continuasse a fazer uso da droga (DA SILVA, 2013).

Com cerca de 27% de sua população sofrendo por vício em ópio, a China passou então a tentar sensibilizar o Ocidente para os efeitos nefastos da droga. A questão, porém, só passou a ser vista como problema quando imigrantes chineses passaram a compor parte da população mais pobre de países como os Estados Unidos e a própria Inglaterra. Ao contrário das classes mais abastadas, pessoas em situação de pobreza – e esta era a condição da maioria dos imigrantes chineses, bem como dos afrodescendentes e mexicanos, no caso dos Estados Unidos – acabavam recorrendo a roubos para conseguirem satisfazer seu vício na droga. A prefeitura de São Francisco chegou mesmo a comentar que “chineses drogados pelo ópio tendiam a conduzir mulheres brancas à depravação moral” (DA SILVA, 2013, p. 71). Os Estados Unidos tomaram frente no movimento antidrogas e, em 1909, realizaram uma conferência para debater medidas internacionais que reprimissem seu uso. Sendo então inferiores às grandes potências coloniais da época, apoiaram-se fortemente em argumentos morais (DA SILVA, 2013).

Os problemas sociais causados pelo vício em ópio não foram, contudo, a única motivação para o fim da tolerância social ao uso de drogas. Outra das maiores forças motrizes por trás deste processo corresponde ao interesse da então emergente indústria farmacêutica e da classe médica em obter o monopólio de tais substâncias. Antes da Conferência de Xangai (1909), drogas como morfina, cocaína e heroína eram utilizadas para fins medicinais

livremente, e mesmo o ópio era um ingrediente comum em fórmulas de curandeiros sem formação médica formal. A partir do *Smoking Opium Exclusion Act*, aprovado pouco antes da reunião, toda a importação da substância foi proibida nos E.U.A, à exceção daquela realizada por farmacêuticas registradas (DA SILVA, 2013).

Assim, embora nenhum acordo juridicamente vinculante fosse assinado na Conferência de Xangai de 1909, e nenhum grande avanço tenha sido feito neste sentido, o vício em drogas foi tratado como questão internacional pela primeira vez. Este foi o precedente necessário para que, em 1912, a Convenção de Haia fosse assinada e a fabricação de ópio, cocaína e seus derivados passasse a ser regulamentada e definiu-os quimicamente, de maneira a impedir que traficantes se aproveitassem de lacunas. Mais ainda, proclamou que era “dever de todos os Estados” zelar pelo uso legítimo - científico e medicinal – de opiáceos e derivados, uma vez que estes eram responsáveis por “grandes degradações morais” na sociedade (DA SILVA, 2013).

A Primeira Guerra Mundial, contudo, também deixou sua marca no tratamento conferido às drogas pelo sistema internacional: durante o conflito, era quase impossível fiscalizar seu uso, dado que a morfina era um importante analgésico. Sanar a escassez de uma substância tratada como medicamento era mais urgente do que regulamentar a maneira que esta era fabricada e utilizada, e foi apenas em 1919 que a Convenção de Haia entrou em vigor. A Liga das Nações também engajou-se no combate ao vício em drogas, e embora os Estados Unidos não integrassem a organização, acabaram atuando como consultores (DA SILVA, 2013).

Ainda assim, não foi possível obter uma posição clara e universal dos Estados a respeito das drogas. Enquanto os Estados Unidos argumentavam que a única maneira de acabar com o uso ilícito de tais substâncias era acabar com a oferta fora do âmbito medicinal, os países produtores – tanto de matéria prima quanto da droga isolada – argumentavam que uma política proibicionista alimentaria o tráfico e o contrabando. (DA SILVA, 2013). Décadas depois, ao observarmos os inúmeros problemas sociais trazidos pelo tráfico de drogas, o argumento contrário ao proibicionismo se provaria correto.

Um dos primeiros cartéis de tráfico de drogas – a Conexão Francesa – nasceu quase gêmeo à proibição da fabricação de heroína na Europa: enquanto as leis norte-americanas proibiam a utilização do ópio e de seus derivados para fins não medicinais dentro do país, a fabricação de heroína e morfina permaneceu tecnicamente livre no continente europeu até 1931, com a assinatura da Convenção Internacional Para Limitar a Fabricação de Entorpecentes. A previsão de que o proibicionismo por si só levaria ao contrabando e ao tráfico, no entanto, realizou-se: dado que já havia traficantes lucrando com o transporte de heroína para os Estados Unidos à época, estes simplesmente deixaram de comprá-la legalmente de farmacêuticas e criaram seus próprios laboratórios em Paris e, mais tarde, Marselha. Utilizando ópio turco como matéria-prima, continuaram a lucrar com o tráfico até o início da década de 1970, transportando as drogas pelo mar (DA SILVA, 2013).

Na América Latina, pouco esforço foi feito durante as primeiras iniciativas para controlar a produção de drogas. Dado que vários países da região, como a Bolívia e o Peru são produtores de folhas de coca, a maioria da atuação conjunta foi no sentido de alertar sobre a ineficiência de uma política de proibição sem assistência. Muitas famílias dependiam de plantações de coca para sobreviver na América Latina – o produto chegou a corresponder às principais exportações do Peru e da Bolívia durante muitos anos – e proibir que estas fossem vendidas legalmente apenas alimentaria mercados clandestinos. Assim, o subdesenvolvimento se tornou a raiz da vulnerabilidade latinoamericana ao tráfico de drogas (DA SILVA, 2013).

Após a II Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas, o combate às drogas finalmente se tornou uma prioridade internacional. O vício em substâncias narcóticas passou a ser encarado com uma preocupação muito maior, e três convenções complementares entre si foram criadas como instrumentos de direito internacional para contê-lo: a Convenção

Única Sobre Entorpecentes (1961)<sup>4</sup>, a Convenção Sobre Substâncias Psicotrópicas (1972)<sup>5</sup> e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988)<sup>6</sup>. Estes tratados são, até hoje, as fontes de direito internacional utilizadas judicialmente na “guerra às drogas.”

Os problemas trazidos pelo tráfico de drogas começaram a se agravar durante a década de 1960, com o advento de movimentos de contracultura e protestos contra a Guerra do Vietnã. Dado que o movimento *hippie*, com seu lema “*sex, drugs and rock’n roll*”, pregava a experimentação, sua permissividade em relação às drogas era natural. Sintéticos como o LSD chegavam a ser vistos como ferramentas para a busca de autoconhecimento, e esta visão tinha apoio de nomes como o do escritor Aldous Huxley. Assim, em 1970, o governo norteamericano estimava que cerca de oito milhões de pessoas já haviam utilizado LSD ao menos uma vez, seja em busca de autoconhecimento, escapismo ou contestação. Em comparação com os números de 1960, que estimavam um total de duzentos mil usuários de ópio, cocaína e *cannabis* em todo o mundo, foi um crescimento exponencial e alarmante, que levaria à securitização da questão e formaria o cenário que observamos hoje na América Latina (ESCOHOTADO, 1996 apud. DA SILVA, 2013).

## 2. A América Latina Como Polo Distribuidor de Drogas

É correto afirmar que a América Latina permaneceu relativamente intocada pelas mazelas sociais trazidas pelo tráfico de drogas até meados da década de 1980. Ainda que inúmeros países da região tenham, desde o século XIX, dependido financeiramente da

---

<sup>4</sup> Anula todas as outras convenções assinadas anteriormente a respeito do tema e visa combater o abuso de drogas tanto através da limitação da produção quanto do combate ao tráfico. Foi a primeira a classificar o ato andino de mascar coca como um vício a ser combatido ao invés de encará-lo como hábito cultural (LEVY, 2009).

<sup>5</sup> Estabelece um sistema internacional para controlar o uso de substâncias psicotrópicas e menciona drogas sintéticas pela primeira vez, tanto em seu potencial terapêutico quanto seu potencial para o vício (ONU, 2019).

<sup>6</sup> Estabelece uma série de medidas internacionais contra o tráfico de drogas, abrangendo desde a fiscalização de lavagens de dinheiro até o controle dos reagentes químicos utilizados nos processos de refinamento. Também é uma fonte de direito sobre extradições de traficantes de drogas e os procedimentos legais utilizados (ONU, 2019).

produção de matéria prima para a fabricação de drogas – como a folha de coca boliviana, por exemplo – os problemas sociais só passaram a se agravar quando a questão das drogas deixou definitivamente de ser vista como problema doméstico e passou a ser combatida como problema internacional.

Desde o início de sua cruzada antidrogas, os Estados Unidos da América encararam o problema como algo trazido por estrangeiros, acreditando que combater a oferta seria menos oneroso politicamente do que o combater a demanda interna por drogas. Até os anos 1970, suas ações de combate transnacionais se concentravam principalmente no Sudeste Asiático, visando lesar a produção de ópio de maneira que esta não chegasse à América. Ironicamente, o que diminuiu o fluxo de ópio asiático para os E.U.A não foi a ação de polícia norteamericana, mas a Guerra Fria, dado que o Sudeste Asiático se tornou uma zona de influência soviética. A diminuição da oferta, contudo, não afetou automaticamente a demanda, e esta logo seria atendida pela América Latina (DA SILVA, 2013).

Alguns agricultores do México e da Nicarágua já haviam obtido certo sucesso no cultivo da papoula, e embora seu produto fosse inferior ao asiático, acabou atendendo 90% da demanda estadunidense em 1975. Mais do que frustrar a tentativa de diminuir o consumo de drogas pela população, o tráfico pela América Latina ainda contava com fronteiras muito mais permeáveis e um cenário geograficamente mais favorável ao tráfico, o que exigia uma resposta rápida do governo. E este respondeu com uma iniciativa conjunta ao seu homônimo mexicano, visando destruir os cultivos de papoula no país. A solução, contudo, não era tão simples: os agricultores simplesmente aceitavam as perdas e tornavam a plantar, pois o lucro potencial crescia junto à demanda, que nunca era coibida (DA SILVA, 2013).

Em 1971, quando o termo “guerra às drogas” foi utilizado pela primeira vez pelo então presidente Nixon, o consumo de cocaína na América do Norte ainda era uma preocupação menor do que o consumo de opiáceos, dado que a droga obtida das folhas de coca era restrita a uma elite que podia pagar por ela e causava poucos problemas sociais. A inclusão da América Latina na rota do tráfico rumo aos Estados Unidos, porém, mudaria isso. Um dos primeiros conflitos relacionados ao transporte de drogas na região data do final da



década de 1960, quando descobriu-se o envolvimento paraguaio com a já mencionada Conexão Francesa: mais do que tornar-se o centro sulamericano de distribuição de heroína, o Paraguai recusou-se a prender e a extraditar um dos líderes franceses da Conexão para os Estados Unidos (DA SILVA, 2013).

A reação imediata do então presidente Nixon foi evocar o *Foreign Assistance Act* e revogar o acesso paraguaio à linhas de crédito e apoio militar. O efeito foi rápido: o Paraguai voltou atrás no mesmo ano, realizou a extradição pedida e assinou um acordo bilateral de combate às drogas com os Estados Unidos. A Conexão Francesa foi enfim desmantelada, mas o Paraguai ainda se envolveria com o transporte de outras drogas - cocaína e cannabis – para os Estados Unidos mais tarde (DA SILVA, 2013).

O desmantelamento da Conexão Francesa teve diversas consequências que, em resumo, acabariam por constituir uma vitória apenas aparente para o combate às drogas. Destruir um cartel apenas tirou a produção da heroína de uma região específica e tradicional, espalhando-a por laboratórios em diversas partes do mundo e dificultando ainda mais sua detecção. Outra consequência mais grave foi uma certa “transferência” do problema do vício para outras substâncias, como a cocaína e a cannabis (DA SILVA, 2013).

Sendo a última encarada como uma droga relativamente “leve”, e sendo possível produzi-la até mesmo em território estadunidense, o tráfico de maconha não causou grandes repercussões na relação dos Estados Unidos com os países latinoamericanos. O problema com a cocaína, no entanto, se agravou muito. A folha de coca é nativa de países latinoamericanos, e culturalmente utilizada por diversas civilizações indígenas da região. Além disso, o processo de colheita das folhas e seu refinamento acabava sendo extremamente barato em comparação ao lucro obtido com o tráfico do produto final, tornando o negócio muito lucrativo e atraente. Desta forma, a América Latina acabou se perpetuando de vez como o polo distribuidor de drogas para os Estados Unidos, e a cocaína se tornou a protagonista das rotas do tráfico pela região.

### 3. O Contexto Produtivo da Cocaína nas Américas

Nenhum país da América Latina está completamente isolado do trânsito da cocaína. Apesar disso, os papéis desempenhados por cada país não são iguais. Enquanto alguns países são responsáveis pela produção das folhas de coca, os laboratórios de refinamento e pontos de distribuição se espalham por todo o continente. O produto é transportado via terra, mar, rio e até mesmo por via aérea, em aviões privados ou comerciais. As rotas utilizadas para este transporte são, tipicamente, pouco conhecidas, abandonadas pelo governo e pouco monitoradas. Na maioria das vezes, as populações locais não têm outra opção além do crime para ganhar a vida.

Apenas países andinos produzem as folhas de coca, e durante o início da “Guerra às Drogas” estadunidense, a produção delas foi dominada pelo Peru e pela Bolívia. Nestes países, o hábito de mascar-las – chamado de *acculico* nas comunidades tradicionais – permaneceu vivo e popular, e a proibição do cultivo de coca não produziu efeitos reais, dado que foi feita por leis vagas e o produto era o meio de sustento de muitas famílias. Entre a década de 1930 e a década de 1990, a América do Sul era a maior produtora de coca do mundo. No caso boliviano, embora o governo militar vigente entre 1964 e 1981 tenha aderido ao proibicionismo estadunidense, a produção chegou a dobrar. Os agricultores da matéria prima acabaram por formar um movimento de resistência política – o movimento *cocalero* – que é frequentemente associado ao narcotráfico, embora não use das mesmas práticas (BOITEUX e CHERNICHARO, 2012).

No caso do Peru, os caminhos do narcotráfico se confundem tanto com a tradição andina de mascar folhas de coca quanto com as atividades de um grupo subversivo chamado *Sendero Luminoso*. Criado no fim da década de 1960, seu propósito inicial era derrubar o governo e estabelecer um regime comunista inspirado em Cuba e na China de Mao Tsé-Tung. Utilizando-se de táticas extremamente violentas de combate, acabou se envolvendo com o narcotráfico como meio de obter recursos financeiros. Seu enfraquecimento definitivo só ocorreu no início dos anos 1990, após Fujimori dissolver o parlamento. Estima-se que a

guerra entre as forças armadas peruanas e o Sendero Luminoso tenha matado cerca de 70 mil pessoas em pouco menos de 25 anos. Embora o grupo esteja bastante enfraquecido, e já não tenha mais o propósito político original, ainda controla boa parte da produção de cocaína do Peru, sendo responsável, em 2013, pela venda de 200 toneladas da droga (RUELA, 2015).

Quando pensamos no trânsito da cocaína dentro da América Latina, no entanto, é inevitável pensarmos na Colômbia e no Cartel de Medellín, que dominou o submundo do tráfico entre as décadas de 1970 e 1990. E ainda que o famigerado cartel tenha sido desmantelado após a morte de seu líder Pablo Escobar, a Colômbia ainda desempenha um papel muito importante na produção, no refinamento e no transporte da droga pela América Latina. Por uma confluência de fatores, o país tem décadas de protagonismo no negócio da cocaína: além de ser uma região andina, a luta armada das FARC e o enfraquecimento do governo durante a década de 1950 acabaram propiciando o desenvolvimento de rotas de tráfico e campos produtores de coca. Uma vez que o grupo desenvolveu uma relação simbiótica com o tráfico, isto é, sendo financiado por ele e permitindo e auxiliando sua ação em territórios que controlava, a ação antidrogas no país tornou-se cada vez mais difícil (DA SILVA, 2013).

Ainda assim, a Colômbia só veio a ultrapassar a Bolívia e o Peru em hectares cultivados de folha de coca em meados de 1990. E isto foi algo especialmente grave para o combate ao narcotráfico, pois o que antes era um produto fabricado em condições artesanais e precárias tornou-se uma indústria altamente produtiva, ainda que ilegal. No início da década de 1990, o Peru respondia por cerca de 65% da produção das folhas de coca no mundo, seguido por cerca de 25% de coca boliviana e apenas 10% colombiana. Em 2000, porém, a Colômbia respondia por 90% da produção de folhas de coca no mundo. (BAGLEY, 2013).

Embora o sucesso das políticas antidrogas aplicadas no Peru e na Bolívia tenham seu papel neste indicador, o aumento da produção colombiana foi catastrófico: entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, a violência no país cresceu de maneira alarmante, mesmo com o desmantelamento dos cartéis de Cali e Medellín. De fato, estimam-se que era um dos países mais violentos do mundo até a adoção do Plano Colômbia, que recebeu cerca de 8 bilhões de

dólares do governo estadunidense, como auxílio na Guerra às Drogas. O Plano obteve sucesso na diminuição da violência, mas no decorrer de dez anos, a produção de coca no país decresceu em apenas 10% (BAGLEY, 2013).

Destacados os países produtores da folha de coca, é possível estabelecer diversos pontos comuns em relação ao processo produtivo da droga em todos eles. O primeiro e mais óbvio de todos é o aspecto cultural, dado que o hábito ancestral de mascar folhas da planta é um catalisador de seu cultivo. O segundo é o padrão de vida dos agricultores que cultivam a folha de coca: em todos os países mencionados, tratam-se de pessoas que não têm opção para ganhar o suficiente para seu sustento, a não ser o cultivo da coca e o envolvimento com o tráfico.

Por último, é bastante notável que o tráfico se intensifique – bem como a violência e os problemas sociais por ele trazidos – justamente como uma reação ao combate proibicionista das drogas. Todos estes fatores contribuem para a vulnerabilidade latinoamericana ao tráfico de cocaína, mas não são, nem de longe, as únicas razões para que o crime organizado tenha tanto poder na região. Analisemos então as rotas utilizadas pelos narcotraficantes para compreendermos os outros motivos da permeabilidade latina ao problema.

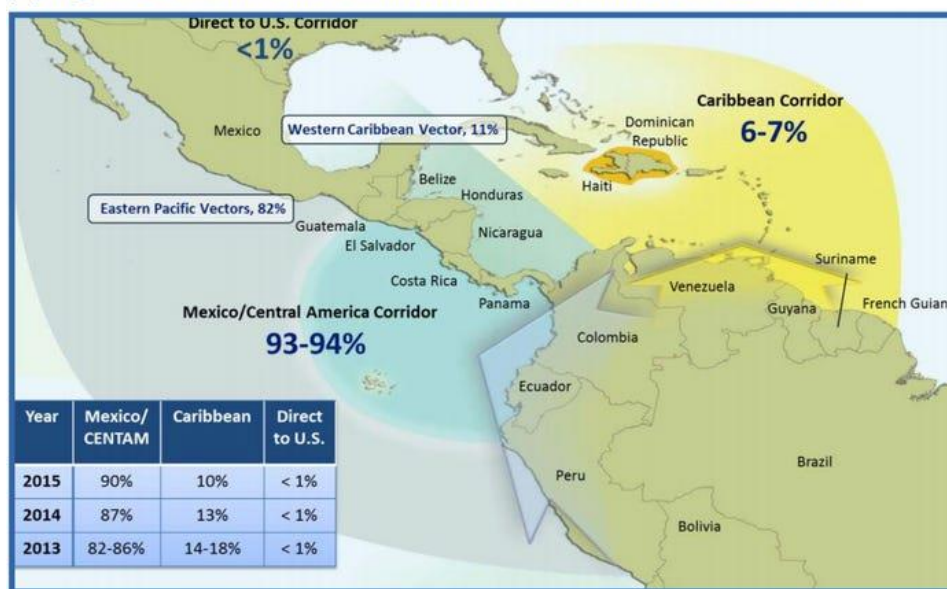
#### **4. As Rotas do Tráfico na América Latina**

Há usuários de cocaína em todo o mundo, mas a maior parte deles se concentra nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e dentro da própria América Latina. Assim, as principais rotas do tráfico da droga têm essas regiões como destino final. Frequentemente, as drogas são transportadas por via marítima ou aérea, embora também haja rotas terrestres. O tráfico utiliza desde contêineres de navios comerciais até submarinos caseiros; desde voos particulares até voos comerciais para que a droga chegue ao usuário. E embora as rotas tomadas sejam instáveis e pouco se saiba sobre elas, é possível identificar as principais vias tomadas.

As rotas do tráfico na América Latina tendem a tomar duas estradas principais quando se dirigem aos Estados Unidos como destino final: a chamada Rota do Pacífico, por onde passam cerca de 93% da cocaína colombiana, e a Rota do Caribe, que vem, vagarosamente, sendo mais utilizada. No primeiro caso, a droga costuma chegar ao México através da via marítima e então seguir por terra até os E.U.A através da fronteira. No segundo caso, os traficantes costumam viajar discretamente pelas costas marítimas e chegar até os Estados Unidos sem grandes problemas. A maior parte da coca é transportada por barcos pelo menos até a fronteira mexicana, mas o transporte por via aérea também não pode ser ignorado. O chamado “Triângulo Nortista”, uma região composta por Honduras, El Salvador e Guatemala, é a primeira parada de cerca de 80% dos voos suspeitos de transporte de drogas (WOODY, 2017).

Figura 1 – Trânsito da Cocaína Rumo aos Estados Unidos em 2016

(U) Figure 4. Cocaine Movement North from South America in 2016.



Fonte: WOODY, 2017.

A pulverização do trânsito das drogas pela América Central é considerada por muitos estudiosos como uma consequência direta do desmantelamento dos grandes carteis colombianos: uma vez que a demanda estadunidense pela droga não cessou junto às

atividades de Pablo Escobar, o negócio da coca continuou sendo lucrativo e foi assumido por gangues menores, como o MS-13 na América Central e os inúmeros carteis mexicanos, que têm obtido cada vez mais influência e causado um banho de sangue cada vez maior ao disputarem poder entre si (BAGLEY, 2013).

Os Estados Unidos da América não são, contudo, o único destino da cocaína andina. A droga possui demanda em todo o mundo, e todos os carteis estão dispostos a atendê-la. O maior consumo de cocaína do globo continua sendo registrado pela população estadunidense, mas o Brasil, típica parada da droga antes que esta siga para a Europa, tem registrado aumentos alarmantes no consumo. Em 2011, o Relatório Mundial de Drogas das Nações Unidas estimava que havia 900.000 usuários de cocaína no Brasil, tornando-o o maior consumidor da América do Sul. Em comparação, as estimativas do órgão sobre o número de usuários europeus variam entre 330.000 e 660.000, enquanto os usuários dentro do continente africano poderiam somar entre 940.000 e 4,42 milhões de pessoas (BAGLEY, 2013).

O tráfico de cocaína para a Europa também segue por duas rotas principais: uma delas, como no tráfico para os Estados Unidos, passa pelo Caribe, especialmente pela República Dominicana e pela Jamaica. De lá, a cocaína segue por via marinha, entrando na Europa através de Açores, ou por via aérea, e geralmente por vôos diretos. A via caribenha vem sendo menos utilizada atualmente, dada a sua proximidade com os Estados Unidos e os esforços do país em desmantela os grandes carteis mexicanos e colombianos que se utilizam deste caminho (EMCDDA, 2016).

A segunda rota passa pela África Ocidental, e o Brasil desempenha um papel muito importante nesta via de transporte: apesar de não ser tipicamente um produtor da folha de coca, há inúmeros laboratórios de refinamento no país. E segundo estimativas das Nações Unidas, cerca de 35% da cocaína levada à Europa em 2015 partiu do Brasil, e em especial de São Paulo, por via aérea. De São Paulo, muitos aviões carregados de coca – em pó ou na pasta-base que dá origem à droga – param na África, de onde seguem, pelo mar, ao continente europeu. Apenas 2% dos contêineres de navios são fiscalizados ao chegar, e isso facilita com que grandes quantidades de cocaína possam ser transportadas (DALY, 2016).

Uma outra diferença entre as rotas europeias e as rotas intramercosul é que as primeiras não são operadas apenas por grupos sulamericanos. O número de gangues e cartéis africanos envolvidos no tráfico de cocaína vem crescendo de maneira preocupante desde o início da década, e a corrupção de governos como os de Serra Leoa, Guiné Bissau e Nigéria torna o trânsito da droga por tais países ainda mais fácil. Assim, os cartéis latinoamericanos acabam transnacionalizando o crime ao obter influência no continente africano. Dada a instabilidade política de algumas regiões, a detecção de todos os envolvidos e das redes criadas é bastante difícil. É possível que até mesmo grupos terroristas tenham se envolvido no tráfico, de maneira semelhante às FARC e ao *Sendero Luminoso*, em busca de dinheiro (DALY, 2016).

Neste sentido, o Brasil também se envolve: com o aumento no número de imigrantes nigerianos no país, as gangues nigerianas passaram a enviar alguns de seus membros para São Paulo, de maneira a participar do negócio multimilionário da cocaína. A OCDE estima que há cerca de 1000 nigerianos envolvidos em tais operações dentro de São Paulo, e que estes despacharam por volta de 1500 “mulas” de drogas no ano de 2014. Seu modus operandi se caracteriza por seduzir conterrâneos nigerianos em situação de vulnerabilidade financeira com presentes e dinheiro, pedindo-lhes em troca para levar alguma carga aparentemente inofensiva à África ou diretamente à Europa. Nesta carga, escondem-se vários milhões de dólares em cocaína. Também há casos de pessoas que são ingerem a droga ou levam-na escondida em alguma cavidade corporal, expondo-se a graves riscos para a saúde (DALY, 2016).



Figura 2 – Mapa do Tráfico de Cocaína para a Europa



Fonte: União Europeia, 2016.

Outra parte do Brasil bastante vulnerável ao tráfico de drogas se concentra nas fronteiras amazônicas entre Brasil, Peru e Colômbia. Não há, em nenhum dos três países, recursos humanos e materiais para fiscalizar todos os 1632 quilômetros de fronteira. Em algumas partes da fronteira com a Colômbia, não há nem sequer postos de fiscalização, apenas placas. Assim, as populações das cidades próximas como Tabatinga podem testemunhar pessoas indo e voltando de um país para o outro com drogas em plena luz do dia. O principal meio de transportar cocaína na região é na garupa de motos, que muitas vezes cruzam as fronteiras livremente, pilotadas por pessoas carregando mochilas e malas. Há



também um único aeroporto, que conta com um voo diário para Manaus. A maioria das malas sequer passa pelo raio-X, situação que se repete em quase todas as cidades fronteiriças (SENRA e Souza, 2017).

A cidade, pobre e sem recursos, é descrita pelos moradores como “quintal da Família do Norte”, uma facção de tráfico conhecida por sua brutalidade em um massacre ocorrido em um presídio de Manaus. O efetivo policial de Tabatinga não possui helicópteros e conta com apenas 36 barcos de tecnologia considerada obsoleta e insuficiente perto dos pertencentes à FDN. Segundo as autoridades da fronteira, a facção tem contato direto com uma ala das FARC que não aceitou o acordo de paz com o governo colombiano, e negocia exclusividade no controle das drogas da região. A falta de condições e a densidade da floresta dificultam a fiscalização, mas a polícia calcula que a rota inclua o Suriname e a Guiana (SENRA e SOUZA, 2017).

Finalmente, cabe mencionar a rota para um destino muito menos comum: a Oceania. Apesar da enorme distância entre esta e a América Latina, também há demanda por cocaína na Oceania, e onde há demanda, há traficantes dispostos a satisfazê-la. Assim, inúmeros submarinos e barcos carregados de coca têm passado pelo Oceano Pacífico rumo à Oceania. A dificuldade de realizar este transporte acaba tornando o negócio ainda mais lucrativo, pois o preço final para o consumidor aumenta. Assim, o australiano médio paga cerca de 180 por grama da droga (LYONS, 2019).

O tráfico de coca para a Oceania é realizado através do Oceano Pacífico Sul, geralmente por via marítima, utilizando pequenos países-ilhas como escala. Estes também viram um aumento no consumo interno da droga, acompanhado por um aumento na violência. As autoridades da região afirmam que a rota do Pacífico não é nova, mas que o trânsito nela tem aumentado exponencialmente desde 2014. Coincidentemente, a produção de cocaína nas Américas e a demanda pelo produto na Oceania nunca foram maiores do que atualmente (LYONS, 2019).

## 5. As Pessoas Envolvidas nas Rotas do Tráfico

É de comum conhecimento que o tráfico de drogas tende a florescer em regiões pobres. Em áreas rurais, como as de plantação de coca, a população acaba ficando refém tanto da necessidade material quanto das ameaças por parte de traficantes: as plantações legalizadas não são nem de longe tão lucrativas quanto as de coca, e o medo de represálias violentas por parte das facções que eventualmente dominem cada região faz com que os produtores da matéria prima tenham medo de abandonar a plantação. E muitas destas regiões são abandonadas pelo Estado e geograficamente remotas, o que faz com que a busca por outra ocupação seja muito mais difícil.

Em Tabatinga, cidade amazônica próxima à fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia, há uma taxa alarmante de desemprego. Em uma região tipicamente abandonada pelo Estado e isolada pela floresta, os jovens com pouca escolaridade e sem perspectiva de trabalho se tornam alvo fácil para o tráfico. Transportar drogas através da fronteira local é uma forma rápida de fazer dinheiro, e ao contrário de um emprego formal, está disponível para todos aqueles que se dispõem a arriscar (SENRA e SOUZA, 2017).

Para melhor entendermos a vulnerabilidade das pessoas envolvidas na rota do tráfico, podemos comparar a situação entre dois lados do mundo da cocaína: o da produção da droga e o do tráfico. Enquanto o primeiro é castigado pela pobreza e tende a sofrer mais pelas ações da “guerra às drogas”, o segundo fica com quase todo o lucro do negócio e dificilmente sofre as consequências de seus crimes. Observemos então os contextos de El Naya, uma via de produção e tráfico colombiana, e o interior de São Paulo, no Brasil, onde se instalam grandes líderes do tráfico.

## 6. A Pobreza de El Naya Versus a Riqueza de São Paulo

A rota de *El Naya* é bastante lucrativa, e sua “produtividade” tem aumentado no decorrer dos anos. No entanto, pouco se ouve falar dela. Localizada na região de Cauca junto aos Andes colombianos, fica em uma região historicamente dominada pelas FARC e abandonada pelo Estado, o que perpetua a pobreza de sua população. O negócio da coca, segundo os moradores locais, é a única opção para que a população possa ganhar o suficiente para sobreviver. Chegam até mesmo a afirmar que “se a coca acabar, *El Naya* também acaba.” (VICE, 2018).

Começando em Despunte, o caminho é mais velho que as estradas abertas pelo governo. É também estreito, alto e traiçoeiro, de maneira que a viagem só pode ser feita no lombo de mulas. Em alguns pontos, ainda há minas enterradas pelas FARC. Seguindo por La Playa, considerada o coração de El Naya, o cenário de pobreza e abandono permanece. As pessoas da região também vivem do plantio e da colheita coca, e nenhum outro cultivo lhes traz o suficiente para viver. Também não há estruturas básicas como maternidades e hospitais. Isso se torna especialmente grave em face dos problemas trazidos pelo próprio plantio e processo da coca (VICE, 2018).

Uma das formas utilizadas de combate à cocaína mais utilizadas é destruir as plantações de coca com bombardeios de produtos químicos. O sucesso alcançado por tal medida é muito controverso: em primeiro lugar, as plantações legalizadas das pessoas que tentam escapar do mundo do tráfico são destruídas junto da coca. Em segundo lugar, a mistura de produtos químicos pesados com os herbicidas e defensivos já utilizados na coca causa efeitos deletérios na saúde dos agricultores, que já vivem em locais sem assistência e ganham pouquíssimo dinheiro com o negócio da coca. O prejuízo destas medidas acaba ficando restrito justamente à parcela mais vulnerável da cadeia, pois os traficantes simplesmente aceitam a perda e vão comprar de outro produtor (VICE, 2018)

A parte mais clandestina de El Naya fica dentro da floresta e é chamada *cristalizadero*. Nestes laboratórios, a pasta-base de coca recebe adição de mais produtos

químicos e é transformada em cristal, sendo a forma mais “pura” da droga. Os responsáveis por este processo recebem cerca de 3 dólares por cada quilo de cocaína pura, embora cada grama da cocaína cristalizada possa ser vendido por mais de 70 dólares ao consumidor final (VICE, 2018).

Cada pequeno pé de coca vale cerca de 200 pesos colombianos, ou sete centavos de dólar. Os coletores podem ganhar até cerca de 120 mil pesos – o equivalente a 41 dólares – por cada colheita. O processo de refinamento e transformação da folha de coca em pasta-base é melhor remunerado: seus agentes recebem cerca de 40 mil pesos – 14 dólares americanos – por dia. E um quilo de pasta-base custa cerca de 2 milhões de pesos colombianos – 700 dólares. É necessário misturar as folhas a cerca de 41 aditivos químicos para extrair o alcaloide, em um longo e tóxico processo.

Por fim, a droga cruza a estrada até o Vale de Cauca e chega a *Saltillo*, um pequeno vilarejo às margens do Rio Naya. Este flui para o mar, e dele a coca inicia seu caminho até o consumidor final, que geralmente está nos Estados Unidos, no Brasil ou na Europa. Pagando um preço altíssimo por grama da droga, o usuário normalmente não pode imaginar que as pessoas envolvidas em sua cadeia produtiva recebem menos do que 10% deste dinheiro por quilo de droga produzido. Assim, todo o lucro fica para os carteis que dominam o narcotráfico (VICE, 2018).

Na chamada “rota caipira”, dentro do Brasil, a situação é muito diferente. Localizada no interior de São Paulo, e ramificando-se entre o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás, é ponto estratégico para levar a cocaína às fronteiras marítimas e aos grandes centros de consumo e venda do país. É também uma região em que há uma boa malha ferroviária e grandes fazendas de cana-de-açúcar, que quase não sofrem fiscalização e podem ser muito oportunas para ocultar aviões com cargas ilegais. Há ainda fácil acesso a grandes aeroportos, como o de Guarulhos, do qual muitas “mulas” partem para a Europa carregando a droga no estômago. Pela rota caipira, passam toneladas de cocaína de todos os países produtores. A polícia chega a apreender mais quantidade da droga dentro dela do que em todo o resto do Brasil, mesmo contando com regiões fronteiriças (DE ABREU, 2017).

Mas as pessoas que controlam a rota caipira são muito mais ricas do que as pessoas envolvidas no processo produtivo. A grande maioria dos estudos escritos sobre tráfico de drogas concorda em apontar que a esmagadora maioria dos lucros do negócio fica com os traficantes. E de isso acontece de fato: um quilo de cocaína pura adquirida direto de um *cristalizador* boliviano custa cerca de mil dólares. Esta mesma quantidade duplica de valor na fronteira com o Brasil. Já em São Paulo, não sai por menos de oito mil dólares. E ao chegar na Europa, onde se concentram grande parte dos consumidores finais, não é vendida por menos de 50 mil dólares. Todo este aumento poderia ser explicado pelos riscos de prisão, ferimentos e morte durante o processo, bem como a dificuldade e a demora em transportar toneladas de cocaína do Brasil para a Europa em segredo. A realidade, no entanto, não é bem esta (DE ABREU, 2017).

Justamente pela rota caipira ser tão estrategicamente adequada ao tráfico, não há como mensurar com precisão quanta droga passa por ela, nem mapear todos os seus caminhos. Boa parte do transporte é realizada por aeronaves, que podem tanto realizar voos diretos ao destino final da coca quanto tomar a Via Africana ou fazer escala em outras regiões da América do Sul, como o Suriname. Estas tendem a voar baixo para evitar os radares da Aeronáutica. Quando pousam, os motores permanecem ligados para facilitar eventuais fugas. E sempre há pelo menos um homem ostentando armamentos pesados para receber a droga. As já mencionadas plantações de cana podem ocultar pousos e pessoas facilmente, além de esconder quem quer que fuja por elas em caso de armadilha da polícia. Quando estão baixas, é possível enxergar campanas sem precisar pousar os aviões. Tudo isso dificulta a fiscalização e diminui os riscos para os traficantes, aumentando seu potencial de lucro (DE ABREU, 2017).

Desta maneira, a história de vida de quem participa da rota caipira é muito diferente de quem participa de El Naya. Comparados com 14 dólares diários, os dez mil dólares por voo da Bolívia ou da Colômbia para a rota já parecem muito mais rentáveis. Mas ainda não são nada comparados aos lucros de grandes chefes, como Luciano Geraldo Daniel, um

homem que enriqueceu tanto a ponto de ser conhecido como “Tio Patinhas” (DE ABREU, 2017).

Luciano Daniel chegou a obter um patrimônio que incluía onze fazendas, dois edifícios e uma casa de praia, além de carros de luxo e um helicóptero. Responsável pelo transporte de cerca de uma tonelada de cocaína por mês entre Brasil e Europa, o “Tio Patinhas” nasceu em uma família de classe média-baixa de Americana, no interior de São Paulo. Quando soube do potencial de lucro trazido pelo narcotráfico, o trânsito de coca no Brasil ainda era discreto e realizado em pequena escala. Luciano, porém, passou a negociar diretamente com os grandes carteis colombianos de Cali e Medellín. Em meados da década de 1990, já figurava entre os maiores traficantes do país (DE ABREU, 2017).

Quando foi descoberto pela primeira vez, Luciano passou apenas um mês na prisão. Ao fugir, mudou de identidade ao subornar servidores públicos e mudou também de aparência, através de emagrecimento e inúmeras cirurgias plásticas. Logo comprou uma fazenda - Zaíra - em São Gonçalo do Abaeté, no interior de Minas Gerais, e retomou o negócio do tráfico. Disfarçado de forma irreconhecível, adotou a identidade de Luíz Carlos Luciano Bristol, construiu uma pista de pouso na Zaíra e dela enviava pasta-base de cocaína para outra fazenda de sua quadrilha, em Ribeirão Preto. Lá a droga era refinada e vendida em São Paulo capital. Para lavar o dinheiro que obtinha rapidamente, o Tio Patinhas decidiu adquirir fazendas e enchê-las de gado, para poder se passar por um próspero pecuarista. Os imóveis eram sempre comprados com malas de dinheiro vivo, e este era sempre retirado na boca do caixa, como uma estratégia para tornar as transações mais difíceis de rastrear (DE ABREU, 2017).

No entanto, não foi isso que aconteceu: tantos saques volumosos chamaram a atenção do gerente do banco, que alertou a polícia. Ao mesmo tempo, as atividades de outros membros da quadrilha – que incluía até mesmo uma ex-modelo chamada Lucinéia Capra – chamaram a atenção de um delegado que vivia próximo. A identidade de Luíz Carlos Luciano Bristol logo foi “queimada” pela polícia mineira, mas isso ainda não foi suficiente para prender o “Tio Patinhas”. Suas tentativas de fugir da justiça já demonstravam o poder que

ele alcançara: quando finalmente foi preso pela segunda vez, em 2007, a justiça confiscou mais de 1,7 mil cabeças de gado, 1,6 hectares de fazenda, um helicóptero e até mesmo armas do exército boliviano (DE ABREU, 2017).

Em 2013, depois de filiar-se ao PCC, Luciano fugiu da cadeia novamente, mas ficou foragido apenas por três meses. Chegou a operar um laboratório de refinamento da droga e a tentar organizar um atentado contra o juiz que o condenou e os policiais responsáveis por sua prisão. Foi recapturado e segue preso, mas seus erros serviram de lição aos outros traficantes ligados à rota caipira. Embora alguns também tenham sido descobertos e presos, muitos seguem soltos e até mesmo anônimos, lucrando tanto quanto o “Tio Patinhas” ou até mesmo mais (DE ABREU, 2017). Em comparação com os poucos dólares obtidos pelas pessoas envolvidas no processo produtivo da droga, e levando-se em conta a possibilidade de haver ainda mais patrimônio oculto em paraísos fiscais, o aforismo que diz que o crime compensa se torna verdadeiro. E esta é, em suma, a maior razão para a vulnerabilidade latina ao tráfico de drogas.

### **Considerações Finais**

Ao observarmos os efeitos das políticas antidrogas aplicadas na América Latina, percebemos facilmente que concentrar esforços no sentido securitário não foi eficiente. O desmantelamento de grandes carteis fez efeito localizado e foi apenas uma vitória parcial, dado que pulverizou as facções por toda a região e acabou por aumentar a violência entre elas na ocasião de suas lutas por poder. A coibição do plantio de cocaína também não produziu bons efeitos, dado que os agricultores podem tanto disfarçá-la em meio a cultivos legais quanto simplesmente esperar a próxima colheita.

Outro fator bastante importante é a comprovação do argumento utilizado desde a década de 1930 pelos países tipicamente produtores de matéria-prima para a fabricação de drogas: a pobreza e o subdesenvolvimento são as verdadeiras raízes do narcotráfico, pois as pessoas que se envolvem nos processos produtivos de entorpecentes quase nunca têm outra opção para ganhar a vida. Estando em situação de vulnerabilidade social e vivendo em áreas

remotas e abandonadas, não se pode esperar que escolham a subsistência através de cultivos legalizados quando o plantio de coca oferece um caminho mais certo para ganhos um pouco maiores.

Por fim, os inúmeros esforços realizados pelas facções do tráfico para continuar lucrando com o comércio ilegal de drogas demonstram que enquanto houver demanda por psicotrópicos, haverá possibilidades de lucro e, por isso, haverá ofertas para atender ao mercado. Por conseguinte, conclui-se que é urgentemente necessário agir para reprimir a demanda por drogas, dado que o tráfico só oferece possibilidade de lucro graças a ela. Assim, é preciso investigar as inúmeras causas que levam os indivíduos de uma sociedade ao uso de drogas e deslocar esforços para eliminá-las, de maneira que a promessa de lucro através do narcotráfico seja igualmente eliminada.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAGLEY, Bruce. “**The Evolution of Drug Trafficking and Organized Crime in Latin America.**” *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 71, 2013, pp. 99 a 123. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/1010#tocto1n4>>. Acesso em 20 mai. 2019.

BOITEUX, Luciana e CHERNICHARO, Luciana Peluzio. “**Da Folha de Coca à Cocaína: Os Direitos Humanos e os Impactos das Políticas Internacionais de Drogas nas Populações Nativas da Bolívia.**” Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012 [?]. 30 p. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PfFkFJMmPZ4J:www.publicadireito.com.br/artigos/%3Fcod%3D5e9f92a01c986baf+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>>. Acesso em 02 dez. 2019.

**COLOMBIA'S Hidden Cocaine-Smuggling Route.** Direção: Juan Pablo Gallón. Produção: Raul Suárez. Estados Unidos: Vice, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Bw6KZR7WVMM&feature=share&fbclid=IwAR3BCHg3Fz0TMUbwTAYcXWr5Y68IawFIWZ9zIChz95rZDRhzzMHBSw1ZViQ>>. Acesso em: 18 set. 2019. DALY, Max. “**Shifting Sands: Cocaine’s New Routes into Europe.**” *Vice*, jan. 2016. Disponível em: <[https://www.vice.com/en\\_us/article/bnpan4/shifting-sands-cocaines-new-routes-into-europe](https://www.vice.com/en_us/article/bnpan4/shifting-sands-cocaines-new-routes-into-europe)>. Acesso em 02 dez. 2019.

DA SILVA, Luiza Lopes. “**A Questão das Drogas nas Relações Internacionais: Uma Perspectiva Brasileira**”. 1 ed. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2013.

DE ABREU, Alan. “**Cocaína: A Rota Caipira. O Narcotráfico no Maior Corredor de Drogas do Brasil**”. 1 ed. Record, Rio de Janeiro, 2017.

LEVY, Johanna. “**Coca: Da Tradição ao Narcotráfico**”. *Le Monde Diplomatique*, mai. 2009. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/coca-da-tradicao-ao-narcotrafico/>>. Acesso em 02 dez. 2019.

LYONS, Kate. “**The New Drug Highway: Pacific Islands at Centre of Cocaine Trafficking Boom**”. The Guardian, jun. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/jun/24/the-new-drug-highway-pacific-islands-at-centre-of-cocaine-trafficking-boom>>. Acesso em 14 set. 2019.

MACHADO, Geraldo Magela. “**Os Doze Trabalhos de Hércules**”. InfoEscola, data desconhecida. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/mitologia-grega/os-doze-trabalhos-de-hercules>>. Acesso em 03 dez. 2019.

MUCHA, Lena. “**I’m Not Proud Cultivating Coca, But We Have No Choice**”. Al Jazeera, set. 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/inpictures/colombia-proud-cultivating-coca-choice-180522120151750.html>>. Acesso em 03 dez. 2019.

ONU. “**Drogas: Marco Legal**”. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso em 03 dez. 2019.

RIBEIRO, João Ruela. “**Sendero Luminoso “Reduzido” Oficialmente a Grupo de Traficantes**”. Público, jun. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2015/06/02/mundo/noticia/sendero-luminoso-reduzido-oficialmente-a-grupo-de-trafficantes-1697703>>. Acesso em 03 dez. 2019.

SENRA, Ricardo e SOUZA, Felipe. “**Três Dias na Nova “Fronteira da Coca”: Como Drogas e Armas Entram Livremente pela Amazônia.**” BBC Brasil. Tabatinga, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39036636>>. Acesso em 20 mai. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. “**2016 EU Drug Markets Report**. Trafficking Flows: Cocaine.”. Centro Europeu de Monitoramento de Drogas e Vício em Drogas – EMCDDA. Bruxelas, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.emcdda.europa.eu/start/2016/drug-markets\\_en#pane2/7](http://www.emcdda.europa.eu/start/2016/drug-markets_en#pane2/7)>. Acesso em 04 dez. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. “**Perspectives on Drugs: Cocaine Trafficking to Europe**.” Centro Europeu de Monitoramento de Drogas e Vício em Drogas – EMCDDA. Lisboa, mai. 2016. Disponível em: <[http://www.emcdda.europa.eu/publications/pods/cocaine-trafficking-to-europe\\_en](http://www.emcdda.europa.eu/publications/pods/cocaine-trafficking-to-europe_en)>. Acesso em 02 dez. 2019.

WOODY, Christopher. “**Here’s How Drugs are Getting Smuggled from South America to the US**.” Business Insider, set. 2017. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/heres-how-drugs-are-getting-smuggled-from-south-america-to-the-us-2017-9>>. Acesso em 20 mai. 2019.